

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA
NACIONAL**

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2008
(Do Sr. Raul Jungmann)

*Requer seja convidado o Ministro das
Relações Exteriores para debater, em audiência
pública nesta Comissão, sobre a Rodada Doha
da Organização Mundial do Comércio.*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvida esta Comissão, seja convidado o Ministro das Relações Exteriores, **Sr. CELSO AMORIM**, para debater, em audiência pública nesta Comissão, sobre a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), em especial a posição brasileira durante as negociações realizadas em Genebra, Suíça, neste ano, as consequências do seu fracasso e as perspectivas para o futuro.

JUSTIFICATIVA

Durante a 4ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada na cidade de Doha, Qatar, em 2001, foi lançada

nova rodada de negociações para a liberalização do comércio mundial, com previsão de ser concluída em 2004.

Em 2003 foi realizada a 5ª Conferência Ministerial da OMC, em Cancún, México, com o objetivo de fazer prosseguirem as negociações. Contudo, diversos impasses sobre questões no setor agrícola impediram a conclusão de um acordo multilateral. Em 2004, os membros da OMC chegaram a um acordo para continuar a negociar a abertura comercial. Os países-membros do grupo estabeleceram como diretrizes básicas para o avanço da Rodada Doha: eliminação de subsídios e reforma dos mecanismos de crédito oferecidos pelos países ricos à produção agrícola para exportação e para a produção doméstica e o corte de tarifas de importação. Em dezembro de 2005 foi realizada, também sem êxito, a Conferência Ministerial de Hong Kong, para implementar os acordos até então alcançados e fazer avançar a rodada.

Depois de mais de uma semana de negociações em Genebra, Suíça, a Rodada Doha OMC fracassa mais uma vez. No fundamento, ao que tudo indica, as mesmas razões: de um lado os países ricos, que reivindicam maior acesso aos mercados de bens e serviços dos países em desenvolvimento; de outro, os países pobres, que em troca querem mais espaço para seus produtos agrícolas nos mercados dos países ricos, incluindo o fim dos subsídios agrícolas aos produtores norte-americanos e europeus.

As negociações estabelecidas em Genebra entraram em colapso definitivo após EUA, Índia e China não atingirem um acordo sobre tarifas de importação para o setor agrícola. Sem um acordo final, a União Européia não terá que oferecer maior abertura para seus mercados agrícolas para a produção dos países emergentes. Estes, por sua vez, não terão de abrir seus mercados de

produtos industriais e de serviços para as empresas dos países ricos. Como se não bastasse, os EUA, de outro lado, acenam com a possibilidade de adotarem nova lei agrícola em que são previstos subsídios ainda maiores dos que já existem naquele país.

Ademais, o papel desempenhado pelo G-20 – grupo de países em desenvolvimento exportadores agrícolas que, liderados pelo Brasil, se uniram, primeiro durante a reunião de Cancún, para enfrentar uma proposta conjunta dos EUA com a União Européia em que os subsídios à exportação eram mantidos – deve ser esclarecido. Em Genebra a unidade do bloco, ao menos em princípio, ficou abalada em momentos cruciais das negociações na OMC, principalmente devido a posições divergentes do Brasil em relação aos demais membros, em especial a Índia. Também cabem esclarecimentos sobre a posição do Mercosul no fórum de discussão, ou seja, se os países-membros do bloco sul-americano possuem ou podem vir a possuir posição única nas discussões.

Paralelamente, diversos setores produtivos do Brasil criticaram a posição adotada pelos negociadores brasileiros ao longo de toda a Rodada Doha até o momento. Os impactos na economia do País e, por conseqüência, na vida de todos os cidadãos brasileiros de qualquer resultado alcançado na OMC são inevitáveis, ainda que não mensuráveis exatamente. Cumpre à diplomacia brasileira refletir, tanto quanto possível, os interesses desses diferentes setores.

É importante que esta Comissão esteja inserida, de modo completo e ativo, nas discussões que envolvem a atuação de nossa diplomacia no processo negociador da Rodada Doha. Sem embargo, a busca por um acordo multilateral no âmbito da OMC é a única opção para países como o Brasil

solucionar, ou ao menos minimizar, as distorções do comércio mundial causadas pelos subsídios agrícolas dos países ricos. Os impactos de um futuro acordo, assim como os prejuízos eventualmente advindos pelo recente fracasso na construção de um acordo final, devem ser levados ao conhecimento dos membros desta Comissão.

Sala da Comissão, em de agosto de 2008.

Deputado RAUL JUNGSMANN
PPS/PE